

CMCA
CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

*ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL CONSOLIDADO
DO ESTUDO PRÉVIO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA VEIGA*

RESUMO NÃO TÉCNICO

JULHO 2022

*ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL CONSOLIDADO
DO ESTUDO PRÉVIO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA VEIGA*

ÍNDICE GERAL DE VOLUMES

RELATÓRIO

VOLUME 1 – PEÇAS ESCRITAS

TOMO 1 – CAPÍTULOS INTRODUTÓRIOS

TOMO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

TOMO 3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES

TOMO 4 – MITIGAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONCLUSÕES

VOLUME 2 – PEÇAS DESENHADAS

RELATÓRIOS TÉCNICOS

**VOLUME 1 – ENQUADRAMENTO DO PROJETO NAS EXCEÇÕES/DERROGAÇÕES PREVISTAS
NA ALÍNEA 7 DO ARTIGO 4º DA DQA**

VOLUME 2 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES NO ALTO DOURO VINHATEIRO

VOLUME 3 – PLANO DE RECUPERAÇÃO BIOFÍSICA DAS ÁREAS AFETADAS

RESUMO NÃO TÉCNICO

CMCA
CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

*ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL CONSOLIDADO
DO ESTUDO PRÉVIO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA VEIGA*

RESUMO NÃO TÉCNICO

JULHO 2022

CONTRATO: C818

ÍNDICE

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?	1
O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL? E O QUE É O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?	1
O QUE É A DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?	2
QUEM É O PROMOTOR E QUEM LICENCIA O PROJETO?	3
ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?	3
POR QUE É NECESSÁRIO O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA VEIGA?.....	7
EM QUE CONSISTE O PROJETO?	7
QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?	9
QUAIS OS PRINCIPAIS IMPACTES DO PROJETO?.....	12
QUE CONSEQUÊNCIAS TEM UMA EVENTUAL DESATIVAÇÃO DO PROJETO?	13
QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS?.....	13
FOI PROPOSTA ALGUMA MONITORIZAÇÃO?	14
QUAL O BALANÇO FINAL DO PROJETO?.....	14

FIGURAS

FIGURA 1 – ENQUADRAMENTO DO PROJETO.	5
---	---

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento síntese que integra o Estudo de Impacte Ambiental, mas que é editado de forma autónoma, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a fase de consulta pública, que faz parte do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no Estudo de Impacte Ambiental.

Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos ao estudo dos efeitos do **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** poderá consultar todos os elementos do Estudo de Impacte Ambiental que estarão disponíveis, durante o período de consulta pública nos seguintes locais:

- Portal Participa (<http://participa.pt>);
- *Website* da Agência Portuguesa do Ambiente.

O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL? E O QUE É O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

A **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)** é um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, aplicável a projetos com potenciais efeitos sobre o ambiente.

Nos termos deste decreto-lei, a aprovação de projetos que, pela sua natureza, dimensão ou localização são considerados suscetíveis de provocar incidências no ambiente, fica sujeita a um processo de AIA.

O projeto do **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** fica, assim, sujeito a procedimento formal de Avaliação de Impacte Ambiental, por se enquadrar nas seguintes disposições do Decreto-Lei n.º 151-B/2013:

- Alínea g) do ponto 10 do Anexo II – “barragens e outras instalações destinadas a reter a água ou armazená-la de forma permanente (não incluídos no anexo I) – caso geral barragens de terra: altura ≥ 15 m ou volume $\geq 1\text{hm}^3$ ou albufeira ≥ 5 ha ou coroamento $\geq 500\text{m}^2$ ”.

Para além disso, este projeto localiza-se numa área sensível, designadamente na Zona Especial de Proteção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro (ADV), classificado como Património Mundial da

Humanidade pela UNESCO, de acordo com o definido na subalínea iii), alínea a) do artigo 2.º deste diploma legal.

Mesmo não atingindo os limiares definidos que determinam a sujeição obrigatória a procedimento de AIA, considerando a sua localização em área sensível, o **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** foi incluído no objeto de avaliação do procedimento de AIA.

A AIA tem como objetivos avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos de um projeto ou atividade, e identificar as medidas que evitam, reduzem ou compensam os efeitos negativos significativos, antes de uma decisão ser tomada. A AIA também permite que as entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para a decisão sobre o projeto.

Assim, o promotor de um projeto sujeito a AIA deve preparar um documento, designado como **Estudo de Impacte Ambiental (EIA)**, contendo as informações sobre os potenciais efeitos da atividade e as medidas que se propõe adotar para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos, bem como medidas potenciadoras de impactes positivos.

O QUE É A DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

O procedimento de AIA termina com a emissão de uma **Declaração de Impacte Ambiental (DIA)**, que pode ser favorável, favorável condicionada (isto é, favorável, mas obrigando ao cumprimento de determinadas medidas ou à verificação de determinadas condições), ou desfavorável.

A DIA deve ter em conta a análise dos impactes do projeto realizada por uma comissão (a Comissão de Avaliação), nomeada para o efeito, bem como os resultados da consulta pública realizada.

A DIA fixa as condicionantes à realização do projeto, os estudos e elementos a apresentar, as medidas de minimização e compensação dos impactes ambientais negativos, bem como de potenciação dos impactes positivos, e os programas de monitorização a adotar, com o detalhe adequado à fase em que o projeto é sujeito a AIA.

O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA favorável ou favorável condicionada.

QUEM É O PROMOTOR E QUEM LICENCIA O PROJETO?

Este projeto é da responsabilidade da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, que constitui o proponente do projeto.

O **Estudo Prévio do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** foi elaborado pela CAMPO D'ÁGUA – Engenharia e Gestão, assim como o Estudo de Impacte Ambiental.

A entidade coordenadora do licenciamento é a Administração da Região Hidrográfica do Douro, IP (APA/ARH-Norte).

ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

O projeto **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** encontra-se no concelho de Carrazeda de Ansiães e a sua área de estudo distribui-se pelas freguesias de Carrazeda de Ansiães, Marzagão, Seixo de Ansiães, União das Freguesias de Belver e Mogo de Malta e União das Freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores.

Ao nível regional, o projeto insere-se na Região Norte e na sub-região do Douro (ver **Figura 1**).

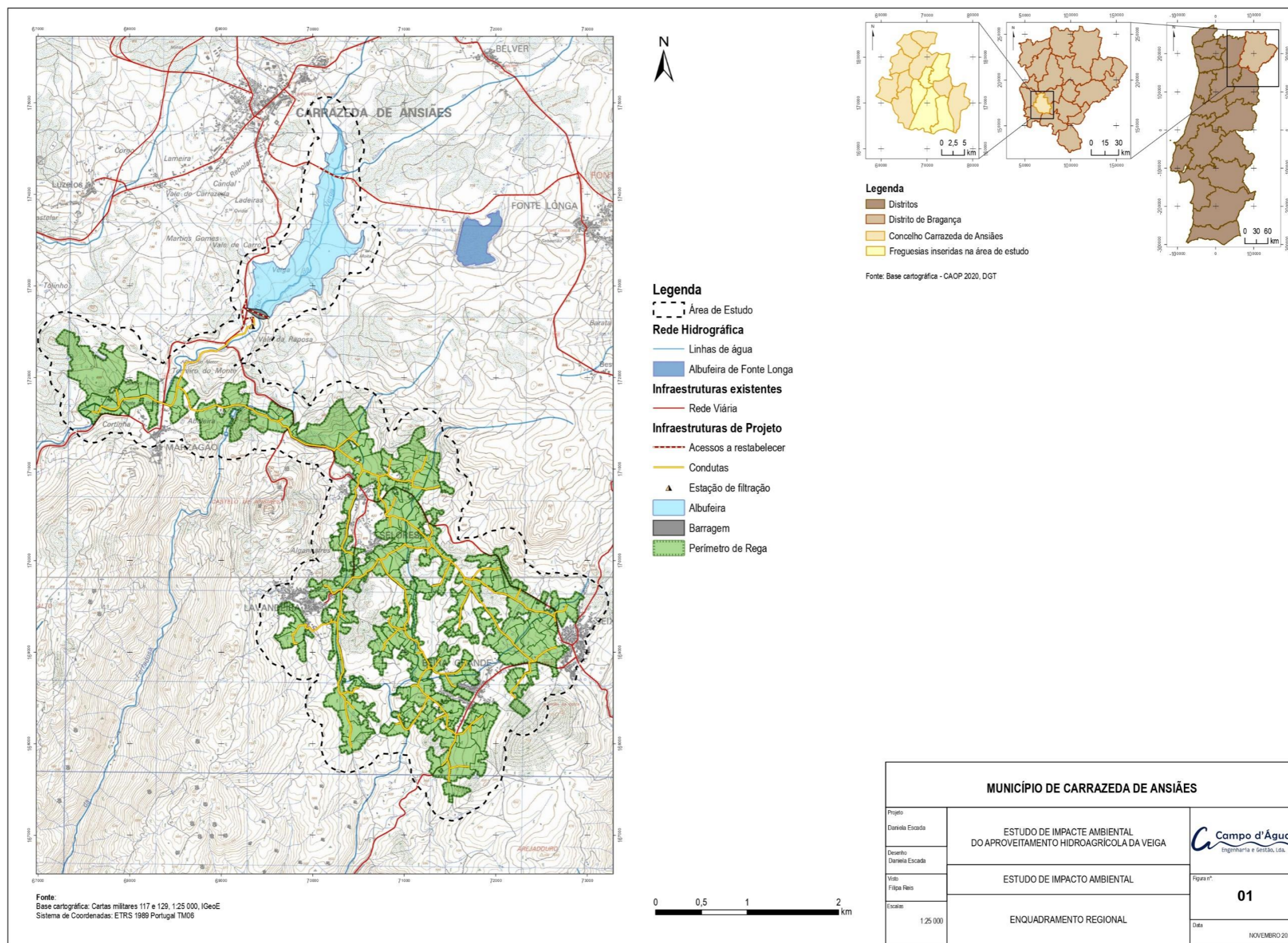


Figura 1 – Enquadramento do projeto.

POR QUE É NECESSÁRIO O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA VEIGA?

A barragem da Veiga é parte integrante do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga, situado na envolvente da povoação de Carrazeda de Ansiães.

Este aproveitamento hidroagrícola tem vindo a ser estudado e promovido pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães que, na sequência do Plano Estratégico de Regadio para o Município de Carrazeda de Ansiães (2018), identificou a relevância para a economia local de beneficiar com regadio um conjunto de terrenos de aptidão agrícola no concelho.

De forma a auscultar o interesse dos agricultores abrangidos em relação à implementação do regadio na região, realizou-se uma consulta pública. A mesma decorreu nos dias 13 e 14 de maio de 2021 e permitiu a identificação dos limites parcelares e a confirmação do interesse dos proprietários envolvidos no regadio.

Ao nível de implementação de sistemas de rega nas parcelas, considerando os proprietários que participaram na consulta, verificou-se que atualmente já se rega, havendo proprietários que recorrem a charcas para armazenamento de água. Contudo, a água armazenada não é suficiente para colmatar as necessidades hídricas do ciclo cultural na sua totalidade. Assim, numa escala local, são estes os pilares que justificam a promoção do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga.

Qualquer regadio, naturalmente, está dependente de uma origem de água que possa assegurar as necessidades hídricas de que as plantas cultivadas necessitam ao longo do seu ciclo de vida. Deste modo, a barragem da Veiga constitui-se como a origem de água que possibilitará a criação do referido aproveitamento hidroagrícola, e tem como objetivo o armazenamento da água que possibilitará regar uma área total de cerca de 471 ha.

EM QUE CONSISTE O PROJETO?

Todas as infraestruturas envolvidas no projeto do **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga**, encontram-se representadas na **Figura 1** anterior.

A **barragem da Veiga** é a origem de água que irá beneficiar o regadio dos terrenos existentes. A fase de estudo prévio fixou o Nível de Pleno Armazenamento (NPA) da albufeira à cota 698,5 m. A esta cota, a área inundada ronda os 0,7 km² e o volume armazenado os 3,27 hm³.

Para a realização do aterro da barragem prevê-se a necessidade de utilização de materiais de empréstimo. Contudo, nesta fase de Estudo Prévio, e considerando a pouca prospeção geológica realizada, torna-se difícil definir as suas localizações. Considera-se que haverá manchas de

empréstimo na albufeira, apesar de não ser possível aferir nesta fase se a quantidade será suficiente para a construção da barragem.

Na eventualidade de ser necessária a exploração de manchas de empréstimo fora da área da albufeira, é expectável que não seja difícil encontrar manchas de empréstimo de materiais com qualidade e em quantidade necessária nas proximidades da barragem da Veiga, uma vez que muito próximo se encontra a barragem da Fonte Longa, que foi executada com manchas de empréstimo daquela zona.

Esta componente contempla, ainda, a existência e manutenção de um caudal ecológico, possuindo por isso um circuito de derivação de caudal ecológico.

Relativamente ao **Aproveitamento Hidroagrícola**, a área a beneficiar é composta por uma rede de rega gravítica, embora com abastecimento de água sob pressão, com cerca de 471 ha. Para tal o projeto integra as seguintes infraestruturas:

- rede de rega ramificada com 26 km de extensão de condutas (1 principal, de onde derivam condutas secundárias ao longo do perímetro), enterrada;
- uma estação de filtração imediatamente a jusante da barragem;
- rede viária num total de 1,2 km de caminhos a intervir.

Os caminhos a intervir compreendem caminhos de acesso à tomada de água e à estação de filtração; um desvio de cerca de 350 m devido à possível interferência com a barragem; e, ainda, o restabelecimento dos caminhos interferidos pela albufeira através da construção de um pontão.

O **perímetro de rega** desenvolver-se-á ao longo de cerca de 7 km, para sudeste, desde Marzagão até à Beira Grande. A origem de água para rega será a albufeira criada pela barragem da Veiga, permitindo o abastecimento totalmente gravítico de todo o perímetro.

A localização dos estaleiros de apoio à obra, bem como as áreas de depósito definitivo das terras sobrantes, terão de obedecer a um conjunto de restrições, não se podendo instalar em zonas habitacionais, em áreas sensíveis para a conservação da Natureza ou junto a ocorrências patrimoniais.

As máquinas e veículos necessários à realização da obra irão circular pelos acessos definidos no início da fase de construção, garantindo a reposição das condições iniciais de circulação finda a sua utilização.

Finalmente, prevê-se que a construção das diferentes infraestruturas tenha a duração de dois anos de obra.

QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

Em relação ao **clima**, a área do projeto insere-se numa zona cuja temperatura média anual ronda os 12,6º C, sendo, geralmente, julho e agosto os meses mais quentes e janeiro o mês mais frio. O período mais húmido verifica-se entre outubro e abril, sendo outubro o mês mais pluvioso. Os valores mínimos de precipitação registam-se nos meses de julho e agosto.

Na área de estudo os **usos do solo** "antropizados" encontram-se em maioria, quando comparado com os usos do solo "naturais". A presença humana é mais sentida em redor das povoações de Seixo de Ansiães, Marzagão, Lavandeira e Beira Grande cujos arredores estão em grande parte ocupados por área agrícola. As culturas temporárias e pastagens são as classes de usos do solo mais comuns, existindo também florestas de pinheiro bravo e pomares com alguma expressão. As zonas "naturais" encontram-se na periferia destes campos agrícolas, e muitas vezes em encostas, e consistem maioritariamente em matos e florestas de carvalhos. A zona de implantação da barragem é predominantemente antropizada, existindo alguns campos de cultivo e pastagens.

Relativamente aos **recursos hídricos superficiais**, verifica-se que a área de estudo é composta maioritariamente por pequenas ribeiras, com caudais bastante dependentes do nível de precipitação. A qualidade destes recursos encontra-se dentro dos limites legais de água para rega e sua vulnerabilidade à poluição é considerada baixa em grande parte da área de estudo.

Os **recursos hídricos subterrâneos** da região caracterizam-se pela baixa produtividade das formações, tanto nos xistos como nos granitos. Os furos existentes têm menos de 100 m de profundidade e são usados, sobretudo, por particulares para regadio, já que o abastecimento público tem vindo a ser progressivamente assegurado pelas Águas de Carrazeda. Registam-se, também, situações de aproveitamento das nascentes para fontanários e, ainda, a captação das águas subsuperficiais a partir de poços pouco profundos.

Quanto à **geologia**, a área de estudo enquadra-se numa de relevos pouco vigorosos, com vertentes suaves e convexas aspeto que lhe é conferido pela presença de rochas metassedimentares com intrusões de granitos.

Apesar de se tratar de uma região do país muito rica em **recursos geológicos** exploráveis e com um vasto e interessante património geológico, não existem, dentro da área do projeto, zonas com particular interesse económico ou de conservação.

A área enquadra-se zona de **intensidade sísmica** baixa a moderada, em parte, relacionada com a falha da Vilarica-Messejana.

Os **solos** da área são predominantemente de texturas finas e associados a baixos níveis de matéria orgânica, com aptidão ao regadio variável entre moderada (cerca de 82% da área de estudo) e moderada a marginal (cerca de 15% da área de estudo). Cerca de 92% da área tem risco de erosão baixo a médio.

No que diz respeito à **ecologia**, foram identificados catorze habitats incluídos na Diretiva Habitats (92/43/CEE), sendo dois deles considerados prioritários. Destacam-se, em termos de área ocupada, as áreas de substepes de gramíneas e anuais, sendo esta uma mancha de habitat prioritário que será também inundada aquando do enchimento da albufeira. Aquando dos trabalhos de campo, foi ainda identificada a presença do Tartaranhão-caçador e do Morcego de Bechstein, ambas classificadas como espécies ameaçadas (Em Perigo).

Em relação ao **património cultural**, o projeto localiza-se na Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro. A área em estudo conserva uma ruralidade tradicional, com traços e edifícios típicos, coerentes e articulados de forma harmoniosa com as práticas agrícolas. A abundância e variedade de construções de apoio à atividade agrícola convive com inúmeros muros que delimitam as propriedades, os caminhos e artificializam as linhas de água.

Ao nível **arqueológico**, salienta-se a existência do castelo de Linhares que, através das suas campanhas de escavação, tem vindo a revelar ocupação e vestígios visíveis do período medieval, revelando o reaproveitamento do local no domínio da paisagem envolvente.

A **paisagem** que rodeia o **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga** é uma paisagem rica em elementos naturais. As atividades humanas ocupam as áreas menos declivosas onde se encontram os melhores solos agrícolas, e, por esse motivo, concentram a atividade agrícola onde os pomares e os olivais e são as culturas dominantes. Os cabeços dos montes apresentam relevos mais agrestes e neles os afloramentos rochosos intercalam-se com matos de giestas, zimbros e urzes surgindo manchas de sobreiros, característicos da vegetação climática desta região. A paisagem, de um modo geral, é rica e proporciona vistas onde os montes encobrem os vales, não sendo possível alcançar vistas muito abrangentes.

Em termos de **ordenamento do território**, os instrumentos mais importantes a considerar são o Plano Diretor Municipal (PDM) de Carrazeda de Ansiães, o Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Plano de Gestão Região Hidrográfica do Douro. As condicionantes legais a considerar são a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (ZEP-ADV).

Quanto aos **aspetos socioeconómicos**, o projeto localiza-se num território no qual se tem registado uma tendência de decréscimo e envelhecimento da população. Os indicadores económicos apontam para uma necessidade de crescimento na região e verificam que a agricultura é o setor mais importante na região em estudo, tanto em número de empresas como em principal empregador, e também o que mais contribui para o Valor Acrescentado Bruto da região.

Relativamente aos **agrossistemas**, as culturas permanentes, pastagens permanentes e terras aráveis são as que têm maior importância acrescida na superfície agrícola utilizada. As culturas mais importantes são o olival e a vinha, cultivados predominantemente em sequeiro, e pomares de frutos frescos e cítricos (cultura predominante – cerca de 60% da área total) cultivados em regadio. De salientar que as áreas de pomares – pomares de frutos frescos e cítricos, são cultivadas predominantemente em regadio. Verifica-se, ainda, que a disponibilidade de rega é limitada e inferior à verificada no país e a origem desta água é predominantemente subterrânea.

A **qualidade do ar** na área de estudo é boa em termos regionais, existindo geralmente condições favoráveis para a dispersão de poluentes. No concelho de Carrazeda de Ansiães verificou-se, entre 2015 e 2019, uma tendência de diminuição das concentrações de poluentes medidas. Os setores dos resíduos, indústria e agricultura são os mais significativos no que diz respeito à emissão de poluentes atmosféricos.

O **ambiente sonoro** atual é pouco perturbado, sendo as principais fontes de ruído o tráfego rodoviário as EN 314-1, EN 214, EN 324 e EM 632, além do ruído característico da natureza em meio rural.

A **gestão de resíduos**, a cargo da Resíduos do Nordeste, encontra-se á quem dos indicadores a nível nacional e das metas traçadas. Já, relativamente à **gestão de efluentes**, de responsabilidade das Águas de Carrazeda, apresenta indicadores alinhados com as tendências e metas definidas a nível nacional.

Relativamente à **saúde humana** verifica-se que a envolvente próxima ao projeto apresenta baixa densidade populacional e um índice de envelhecimento elevado. Ao nível da cobertura de cuidados de saúde e equipamentos a população é bem servida, sobretudo considerando a densidade populacional.

QUAIS OS PRINCIPAIS IMPACTES DO PROJETO?

Os principais **impactes negativos** associados ao **Aproveitamento Hidroagrícola de Carrazeda de Ansiães**, correspondem a:

- Possibilidade de contaminação dos solos e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos através do uso de pesticidas e fertilizantes nas atividades agrícolas;
- Alteração dos usos do solo e afetação da flora e da fauna, nomeadamente nas áreas intersestadas pela barragem e albufeira;
- Conversão de áreas agrícolas em regime de sequeiro para regime em regadio, com aumento da pressão antrópica e antropização do coberto vegetal, podendo conduzir a alguma diminuição da biodiversidade, a um aumento do desenvolvimento de espécies exóticas e invasoras e diminuição do sequestro de carbono local;
- Alteração do regime de caudais em direção à nascente da ribeira de Linhares, com passagem deste regime de águas correntes para águas paradas, e com influência nas condições naturais de escoamento em direção à foz e no regime de transporte de pequenas rochas e areias arrastadas pela corrente;
- Perturbação dos recetores sensíveis ao ruído (isto é, as habitações ou equipamentos onde o ruído seja perceptível por parte das pessoas) nas zonas mais próximas da frente de obra, durante os trabalhos de construção;

Relativamente aos **impactes positivos**, salienta-se:

- Desenvolvimento sustentável da atividade agrícola, que promoverá a competitividade dos territórios rurais e a preservação dos recursos naturais;
- Contribuição para a preservação dos atributos naturais e culturais do Alto Douro Vinhateiro;
- Armazenamento de água que permitirá aliviar as fracas disponibilidades hídricas da região;
- Contributo para o estímulo das transações económicas relacionadas com a agricultura, com efeitos positivos na economia local;
- Redução da vulnerabilidade ao risco de incêndio nas zonas beneficiadas pelo regadio;
- Estabilidade geotécnica dos taludes de escavação e de aterro, e compactação dos terrenos através da presença e utilização da rede viária associada ao projeto.

QUE CONSEQUÊNCIAS TEM UMA EVENTUAL DESATIVAÇÃO DO PROJETO?

Instalando-se o projeto numa região demograficamente deprimida e onde a pouca de disponibilidade de recursos hídricos tem, desde há muito, contribuído para limitar o desenvolvimento socioeconómico e a fixação de população, a disponibilização de água nesta região possibilitará uma maior diversidade económica e um maior aproveitamento agrícola.

Este projeto contribuirá, ainda, para impedir o aumento desarticulado de áreas regadas, sem uma estratégia definida em termos de fileira e sem uma implementação tão forte de uma opção produtiva. Assim, este projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola, promoverá a competitividade dos territórios rurais e contribuirá para a preservação dos recursos naturais.

Realça-se, ainda, que a quase totalidade da área beneficiada pelo projeto se insere na Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro, correspondente à Região Demarcada do Douro, a mais antiga região vinhateira do mundo. No entanto, a vinha não corresponde ao principal uso do solo nos terrenos a beneficiar, no caso, verificam-se a exploração de pomares de maçã como maioritários. Desta forma, será previsível que uma parte importante das explorações agrícolas tendam a manter a exploração de pomar, contribuindo, assim, para a preservação dos atributos naturais e culturais locais.

Desta forma, uma desativação do projeto, então em plena exploração, teria, para além dos impactes associados ao abandono ou remoção das infraestruturas, um impacte significativamente negativo na produção e economia agrária da região.

QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS?

Um dos principais interesses de um estudo de avaliação de impactes é a definição de um conjunto de medidas que permitem evitar ou mitigar efeitos negativos previstos e potenciar efeitos positivos.

Além da necessidade de cumprimento estrito de todos os regulamentos aplicáveis à atividade e de códigos de boas práticas, nomeadamente agrícolas, o EIA propõe um conjunto de medidas, salientando-se as seguintes:

- definição de um regime de caudal ecológico;

- acompanhamento arqueológico da construção do projeto e registo para memória futura do património a sofrer interferências pela barragem da Veiga e pelo desenvolvimento agrícola;
- cumprimento das normas legais para a realização de atividades ruidosas.

FOI PROPOSTA ALGUMA MONITORIZAÇÃO?

Relativamente aos **recursos hídricos superficiais**, propõe-se que seja realizada a monitorização da qualidade da água em três locais relacionados com a barragem da Veiga na fase de construção. Para a fase de exploração propõe-se a monitorização desses mesmos locais dado que correspondem a linhas de água que receberão as águas de drenagem dos blocos de rega e da acumulação de água na albufeira.

No âmbito da **ecologia**, propõe-se que seja realizada a monitorização da avifauna e de morcegos visto terem sido encontradas, na área de implantação do projeto, espécies ameaçadas pertencentes a estes grupos.

QUAL O BALANÇO FINAL DO PROJETO?

A implementação no terreno da barragem da Veiga acarretará um conjunto de efeitos sobre o ambiente que terão o seu início na fase de obra e que, nalguns aspetos, se prolongarão durante a exploração.

Dado o carácter predominantemente natural da área de estudo, os impactes sobre a fauna e flora da região apresentam-se como dos mais significativos, em especial para as comunidades ribeirinhas, devido às alterações provocadas pela presença da albufeira.

No entanto, muitas das afetações, embora possam ser negativas, são passíveis de serem reduzidas, ou são, logo à partida, relativamente pouco significativas. Nota-se que a barragem prevê a manutenção de um caudal ecológico, que minimizará o efeito do projeto nas comunidades ribeirinhas.

Apesar disto e em contrapartida, o projeto contribuirá para o desenvolvimento da agricultura regional, o que, inegavelmente, será muito positivo por esta ser uma região com população decrescente e cada vez mais envelhecida, onde existem solos de boa qualidade, mas onde a crónica ausência de água tem limitado a competitividade da agricultura aqui praticada.

Como balanço, o estudo realizado considera que, desde que devidamente reduzidos e acompanhados, os efeitos negativos gerados pelo projeto não terão importância suficiente para

superar os seus efeitos positivos, pelo que se **defende a autorização** para a construção do **Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga**.